

Sumário

Capítulo 1

Introdução ao Direito Constitucional	17
1.1 Constitucionalismo	17
1.2 Direito Constitucional	18
1.3 Concepções sobre as constituições	18
1.4 Classificação das constituições	20
1.4.1 Quanto ao conteúdo: materiais ou formais	20
1.4.2 Quanto à forma: escritas ou não-escritas	20
1.4.3 Quanto ao modo de elaboração: dogmáticas ou históricas	20
1.4.4 Quanto à origem: democráticas ou outorgadas	21
1.4.5 Quanto à mutabilidade: rígidas, flexíveis ou semi-rígidas	21
1.4.6 Constituição-garantia, constituição-balanço, constituição-dirigente	22
1.5 Elementos da constituição	22
1.6 Poder constituinte	23
1.6.1 Conceito e titularidade	23
1.6.2 Espécies de poder constituinte	24
1.6.2.1 Poder constituinte originário	24
1.6.2.2 Poder constituinte derivado	25
1.6.2.2.1 Processo legislativo de emendas à Constituição	26
1.6.2.2.2 Limites ao poder de emenda à Constituição	27
1.7 Aplicabilidade das normas constitucionais	28

Capítulo 2

Princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito	31
2.1 Preâmbulo	31
2.2 Princípios fundamentais do Estado brasileiro	32
2.3 Interpretação das normas constitucionais	37
2.3.1 Métodos de interpretação constitucional	38
2.3.2 Princípios de interpretação constitucional por Gomes Canotilho	39
2.3.3 Interpretação conforme a Constituição	40

Capítulo 3

Controle de constitucionalidade	43
3.1 Introdução	43
3.2 Classificação das espécies de controle	44
3.2.1 Quanto ao órgão de controle: político, jurisdicional ou misto	44
3.2.2 Quanto à forma de controle: repressivo e preventivo	45
3.2.3 Quanto ao exercício do controle jurisdicional: difuso e concentrado	45

3.2.4	Quanto aos meios de controle jurisdicional: via de exceção e via de ação	46
3.3	Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil.....	46
3.4	Sistema de Controle de Constitucionalidade na Constituição de 1988.....	47
3.5	Controle pela via de exceção.....	48
3.6	Ação direta de inconstitucionalidade	50
3.6.1	Modalidades de ação direta de inconstitucionalidade	50
3.6.1.1	Ação direta de inconstitucionalidade genérica	50
3.6.1.2	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	56
3.6.1.3	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	57
3.7	Ação declaratória de constitucionalidade.....	58
3.8	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	59

Capítulo 4

Direitos e garantias fundamentais	61	
4.1	Introdução	61
4.2	Direitos e deveres individuais e coletivos	64
4.2.1	Direito à vida.....	65
4.2.2	Princípio da isonomia	66
4.2.3	Princípio da legalidade	67
4.2.4	Vedação de tortura	67
4.2.5	Liberdade de pensamento e de expressão	68
4.2.6	Direito de resposta e indenização por dano material, moral ou à imagem.....	69
4.2.7	Liberdade de consciência e crença religiosa.....	69
4.2.8	Direito à privacidade	71
4.2.9	Inviolabilidade de domicílio	72
4.2.10	Inviolabilidade das comunicações	72
4.2.11	Liberdade de profissão	73
4.2.12	Liberdade de informação.....	73
4.2.13	Liberdade de locomoção	74
4.2.14	Liberdade de reunião.....	74
4.2.15	Liberdade de associação.....	75
4.2.16	Direito de propriedade	76
4.2.17	Direitos autorais	78
4.2.18	Direito de herança.....	79
4.2.19	Defesa do consumidor.....	79
4.2.20	Direito de informação dos órgãos públicos.....	79
4.2.21	Direito de petição.....	80
4.2.22	Direito de certidão.....	81
4.2.23	Princípio da inafastabilidade de jurisdição.....	81
4.2.24	Restrições à retroatividade da lei.....	82
4.2.25	Princípio do juiz natural.....	83
4.2.26	Direitos relativos às esferas penal e processual penal.....	83

4.2.27	Princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa	85
4.2.28	Proibição de provas ilícitas.....	87
4.2.29	Prisão civil	87
4.3	Remédios constitucionais	88
4.3.1	<i>Habeas corpus</i>	88
4.3.2	Mandado de segurança.....	89
4.3.3	Mandado de injunção	90
4.3.4	<i>Habeas data</i>	91
4.3.5	Ação popular	91
4.3.6	Ação civil pública	91
4.4	Aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais	92
4.5	Direitos fundamentais e tratados internacionais	93
4.6	Direitos sociais	93
4.6.1	Direitos sociais individuais dos trabalhadores	94
4.6.2	Direitos sociais coletivos do trabalhador.....	97
4.7	Direito de nacionalidade.....	99
4.7.1	Introdução	99
4.7.2	Aquisição de nacionalidade brasileira.....	100
4.7.3	Perda da nacionalidade brasileira	102
4.8	Direitos Políticos.....	103
4.8.1	Introdução	103
4.8.2	Elegibilidade	104
4.8.3	Reeleição.....	105
4.8.4	Inelegibilidades	105
4.8.5	Impugnação de mandato eletivo	106
4.8.6	Perda e suspensão dos direitos políticos.....	106
4.8.7	Partidos políticos.....	107

Capítulo 5

Divisão espacial de poder	109	
5.1	Forma de Estado	109
5.1.1	Estado unitário.....	109
5.1.2	Estado federal	110
5.2	Características do Estado federal	111
5.2.1	Distribuição constitucional de competências.....	111
5.2.2	Participação das ordens parciais na formação da vontade política nacional.....	111
5.2.3	Autoconstituição dos Estados-membros	112
5.3	Proteção do pacto federativo.....	112
5.4	Federação e confederação: diferenças.....	113
5.5	A Federação no Estado brasileiro	113
5.6	Repartição de competências na Constituição de 1988.....	114
5.7	União.....	117
5.7.1	Competências da União.....	118

5.7.2	Bens da União.....	121
5.7.3	Intervenção federal nos Estados.....	122
5.7.3.1	Decretação da intervenção federal.....	123
5.8	Estados-membros.....	124
5.8.1	Competências dos Estados.....	125
5.8.2	Bens dos Estados.....	125
5.8.3	Autonomia estadual.....	126
5.8.4	Intervenção do Estado no Município.....	127
5.9	Município.....	128
5.9.1	Autonomia municipal.....	128
5.9.2	Competência dos Municípios.....	130
5.9.3	Fiscalização financeira e orçamentária.....	131
5.10	Distrito Federal.....	131
5.10.1	Competências do Distrito Federal.....	132
5.11	Territórios federais.....	132

Capítulo 6

Divisão orgânica de poder.....	135	
6.1	Tripartição de funções.....	135
6.2	Sistemas de governo.....	137
6.2.1	Presidencialismo.....	137
6.2.2	Parlamentarismo.....	138
6.3	Poder Legislativo.....	139
6.3.1	Estrutura do Congresso Nacional.....	139
6.3.1.1	Câmara dos Deputados.....	139
6.3.1.2	Senado.....	140
6.3.2	Prerrogativas dos membros do Congresso Nacional.....	143
6.3.3	Comissões.....	145
6.3.4	Processo legislativo.....	147
6.3.4.1	Emenda à Constituição.....	147
6.3.4.1.1	Limites ao poder de emenda à Constituição.....	148
6.3.4.2	Lei complementar e lei ordinária.....	149
6.3.4.3	Medidas provisórias.....	153
6.3.4.4	Lei delegada.....	155
6.3.4.5	Decreto legislativo.....	156
6.3.4.6	Resolução.....	156
6.3.5	Função fiscalizadora.....	156
6.3.5.1	Tribunal de Contas da União.....	159
6.4	Poder Executivo.....	163
6.4.1	Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	163
6.4.2	Atribuições do Presidente da República.....	165
6.4.3	Crime de responsabilidade do Presidente da República.....	167
6.4.4	Ministros de Estado.....	168
6.4.5	Conselho da República.....	169
6.4.6	Conselho de Defesa Nacional.....	170

6.5	Poder Judiciário	171
6.5.1	Aspectos gerais	172
6.5.2	Quinto constitucional	175
6.5.3	Garantias institucionais da Magistratura	176
6.5.4	Vedações ao membro da Magistratura	177
6.5.5	Regime de precatórios	177
6.5.6	Supremo Tribunal Federal	179
6.5.6.1	Súmula vinculante	181
6.5.7	Conselho Nacional de Justiça	182
6.5.8	Superior Tribunal de Justiça	184
6.5.9	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	187
6.5.10	Tribunais e Juízes do Trabalho	189
6.5.11	Tribunais e Juízes Eleitorais	190
6.5.12	Tribunais e Juízes Militares	191
6.5.13	Tribunais e Juízes dos Estados	192
6.5.14	Justiça Militar estadual	192
6.6	Funções essenciais à Justiça	193
6.6.1	Ministério Público	193
6.6.1.1	Princípios institucionais do Ministério Público	193
6.6.1.2	Composição	194
6.6.1.3	Garantias do Ministério Público	195
6.6.1.4	Vedações aos membros do Ministério Público	196
6.6.1.5	Funções do Ministério Público	196
6.6.1.6	Conselho Nacional do Ministério Público	197
6.6.2	Advocacia Pública	199
6.6.2.1	Advocacia-Geral da União	199
6.6.2.2	Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	199
6.6.3	Advocacia	200
6.6.4	Defensoria Pública	201

Capítulo 7

Administração Pública	203	
7.1	Introdução à Administração Pública	203
7.2	Administração Indireta	205
7.2.1	Autarquia	205
7.2.2	Fundações públicas	207
7.2.3	Sociedades de economia mista e empresas públicas	208
7.2.4	Contratos de gestão	210
7.2.4.1	Contrato de gestão entre o Poder Público e entidades da Administração Indireta	211
7.2.4.2	“Contrato” entre órgãos	212
7.2.4.3	Contrato entre o Poder Público e as “organizações sociais”	213
7.2.5	Agências executivas	214
7.2.6	Agências reguladoras	215
7.2.7	Consórcios públicos	217



7.3	Princípios da administração pública	218
7.3.1	Princípio da legalidade	218
7.3.2	Princípio da impessoalidade.....	219
7.3.3	Princípio da moralidade.....	221
7.3.4	Princípio da publicidade	221
7.3.5	Princípio da eficiência.....	222
7.4	Regime constitucional dos servidores públicos	224
7.4.1	Conceito e classificação dos agentes públicos	224
7.4.2	Servidor Público	226
7.4.2.1	Conceito	226
7.4.2.2	Cargo, emprego e função.....	227
7.4.2.3	Investidura	230
7.4.2.4	Concurso público	232
7.4.2.5	Acumulação de cargos públicos	234
7.4.2.6	Direito de greve e de livre associação sindical.....	236
7.4.2.7	Remuneração	237
7.4.2.8	Estabilidade e disponibilidade.....	240
7.4.2.9	Outros direitos constitucionais dos servidores ocupantes de cargo público	242
7.4.2.10	Aposentadoria	243
7.4.2.10.1	Modalidades de aposentadoria.....	244
7.4.2.10.2	Proventos.....	244
7.4.2.10.3	Contagem de tempo para aposentadoria.....	246
7.4.2.10.4	Previdência complementar	247
7.4.2.10.5	Pensão por morte.....	247
7.4.2.10.6	Revisão de benefícios	248

Capítulo 8

A defesa do Estado e das instituições democráticas	249	
8.1	Estado de defesa	249
8.2	Estado de sítio	250
8.3	Disposições gerais sobre estado de defesa e estado de sítio	252
8.4	Forças Armadas.....	253
8.5	Segurança pública.....	256

Capítulo 9

Tributação e orçamento	259	
9.1	Sistema tributário nacional	259
9.2	Capacidade contributiva	260
9.3	Disposições gerais	260
9.4	Empréstimo compulsório.....	261
9.5	Contribuições sociais	262
9.6	Limitações ao poder de tributar	262
9.7	Impostos.....	265
9.7.1	Impostos da União	265

9.7.2	Impostos dos Estados e do Distrito Federal	265
9.7.3	Impostos dos Municípios.....	266
9.8	Repartição das receitas tributárias.....	266
9.9	Finanças públicas e orçamento	269
9.9.1	Normas gerais.....	269
9.9.2	Orçamentos	270

Capítulo 10

Ordem econômica	273	
10.1	Introdução ao Direito Econômico	273
10.2	Intervenção estatal no domínio econômico.....	274
10.3	Princípios constitucionais da ordem econômica	275
10.3.1	Livre concorrência	277
10.4	Investimentos de capital estrangeiro	278
10.5	Exploração de atividade econômica pelo Estado	279
10.5.1	Regime jurídico das empresas estatais exploradoras de atividade econômica	280
10.5.2	Regime jurídico de empresas estatais prestadoras de serviços públicos	282
10.6	O Estado como agente normativo e regulador de atividade econômica	285
10.7	Jazidas, recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	286
10.8	Atuação estatal na economia em regime de monopólio.....	287

Capítulo 11

Ordem social	289	
11.1	Disposição geral.....	289
11.2	Seguridade social	289
11.3	Saúde	291
11.4	Previdência social	293
11.5	Assistência social.....	293
11.6	Educação	294
11.7	Cultura.....	296
11.8	Desporto.....	297
11.9	Ciência e tecnologia	297
11.10	Comunicação social.....	298
11.11	Meio ambiente.....	298
11.12	Família, criança, adolescente e idoso	303
11.13	Índios.....	304

Referências	307
-------------------	-----

Índice	313
--------------	-----